

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI  
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CHARLENE DOS SANTOS ARAUJO

**HISTÓRIA DAS MULHERES OU HISTÓRIA DO GÊNERO  
FEMININO?** Um debate historiográfico

Parnaíba - PI  
2010

Biblioteca UESPI - PHB  
Registro Nº M 782  
CDD 903  
CUTTER A 66m  
V \_\_\_\_\_ EX. 01  
Data 05 107 112  
Visto AP [assinatura]

HB

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

V  
C  
V

**CHARLENE DOS SANTOS ARAUJO**

**HISTÓRIA DAS MULHERES OU HISTÓRIA DO GÊNERO FEMININO? Um debate historiográfico**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Estadual do Piauí-UESPI/2010 como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, sob a orientação do prof. Dr Valdinar da Silva .Oliveira Filho.

Parnaíba – PI  
2010.

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Christiane Maria Montenegro Sá Lins CRB/3 - 952

A66h

**ARAUJO, Charlene dos Santos**

**História das mulheres ou história do gênero feminino? Um debate historiográfico/ Charlene dos Santos Araujo. – Parnaíba: UESPI / Universidade Estadual do Piauí, 2010.**

39 f.

**Orientador: Dr. Valdinar da Silva Oliveira Filho**

**Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Curso de Licenciatura Plena em História, 2010.**

1. **História – Sociologia. I. Oliveira Filho, Valdinar da Silva. II. Universidade Estadual do Piauí. III. Título**

**CDD 903**

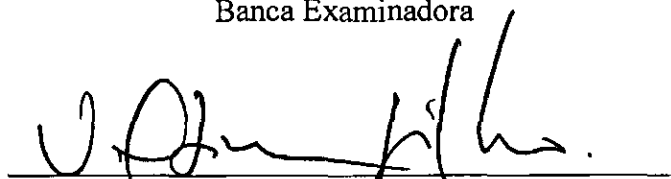
**CHARLENE DOS SANTOS ARAUJO**

**HISTÓRIA DAS MULHERES OU HISTÓRIA DO GÊNERO  
FEMININO? Um debate historiográfico**

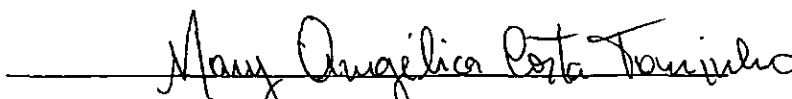
Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como exigência parcial para a conclusão do  
curso de Licenciatura Plena em História, à  
banca examinadora da Universidade Estadual  
do Piauí-UESPI.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora



Prof. Dr. Valdinar da Silva Oliveira Filho



Prof. M.s. Mary Angélica Costa Tourinho

---

Prof. M.s. Jaqueline Feitosa Batista

Este trabalho é dedicado a todos que se fizeram presente em minha vida e que de alguma forma contribuíram para que este propósito fosse alcançado. Dedico em especial à minha família, que nas horas mais imprevisíveis se faz presente mesmo estando ausente. E ainda a meu esposo que esteve comigo durante os momentos de pesquisa e produção. A todos, minha dedicatória

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é reconhecer a importância que alguém ou alguma coisa desempenhou na conquista de algo. Neste sentido, agradeço a Deus, pela inspiração, à família pela participação e colaboração, à UESPI, pela receptividade, ao curso de história por ter proporcionado discussões que se converteram em questionamentos, os quais fomentaram este trabalho, ao professor/orientador Valdinar da Silva Oliveira Filho, pela disponibilidade e imensa capacidade de instigar a produção do conhecimento histórico, à professora Joseanne Zingleara, pela clareza com que me conduziu no início deste trabalho e ao professor Idelmar Cavalcante, pela presteza de suas aulas.

Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas.

Friedrich Nietzsche



## RESUMO

Este trabalho tem como tema “História das Mulheres ou História do gênero feminino? um debate historiográfico” e analisa as correntes teóricas denominadas História das Mulheres e História do Gênero. A escolha da temática se deu a partir da seguinte problematização: Será que existe nos cursos de graduação de História da UESPI uma maior compreensão em tomo de duas correntes históricas, teóricas, metodológicas e historiográficas tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes que são a história das mulheres e a história do gênero feminino? O foco desta pesquisa compreende um embate teórico-metodológico contemporâneo realizado entre ambas as vertentes. Para tanto foi necessária uma compreensão teórica das duas categorias, realizada nos dois primeiros capítulos, considerando os contextos nos quais se deram o seu surgimento e posicionando historiograficamente cada uma das correntes. O terceiro capítulo é focado na relação de semelhança e diferença existente entre a história das mulheres e a história do gênero, que caracteriza o embate promovido a partir da fala das representantes das duas vertentes. O objetivo é mostrar com clareza o que vem a ser a história das mulheres e a história do gênero, tendo em vista que quando se fala em escrita feminina, ainda ocorre o equívoco de se considerar as duas correntes como sinônimas. Embora haja aproximações entre as duas, este estudo mostra que cada uma seguiu seu próprio rumo na busca pela legitimação em um novo campo de saber. A fonte utilizada foi a pesquisa bibliográfica, a partir da seleção de textos de grandes historiadoras de ambas as correntes teóricas. A metodologia utilizada foi a análise das produções referentes à história das mulheres e à história do gênero, necessárias à construção do debate historiográfico.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Mulheres; Gênero.

## ABSTRACT

This work has the theme: “women’s history or history of the female genre: a historiographical debate” and examines the theoretical currents, called women’s history and history of the genre. The choice of thematic occurred from the following problematization: Does it exist in History undergraduate courses at UESPI a great understanding around two historical, theoretical, methodological and historiographical currents so close and yet so far away that is women’s history and the women’s female genre history? The focus of this research is a theoretical and methodological contemporary clash between both the strands. This involved a theoretical and understanding of both categories help in the first two chapters, considering the contexts which they made their appearance and positioning historiographically each of the currents. The third chapter focuses on the relationship of similarity and difference between women’s history and history of the genre, featuring the clash promoted from the talks of representatives of the two strands. The objective is to show clearly what has to be women’s history and the history of genre, considering that when it comes to woman’s writing, yet there is the misconception of considering the currents as synonyms. Although there are similarities between the two, this study shows that each one went his own way in the quest for legitimacy in a new field of knowledge. The source used was the bibliographic research, from selection of texts by great historians of both theoretical perspectives. The methodology used was the analysis of production related to women’s history and the history of the genre, necessary for construction of the historiographical debate.

Keywords: History, Women, Gender.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 HISTÓRIA DAS MULHERES: HISTORIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA EM QUESTÃO.....	12
2 HISTÓRIA DO GÊNERO FEMININO: O QUE É ISSO?.....	25
3 CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS .....	38

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui na monografia correspondente ao trabalho de conclusão exigido pelo curso de História da Universidade Estadual do Piauí, orientado pelo professor Dr. Valdinar da Silva Oliveira Filho. A proposta é discutir a perspectiva teórico-metodológica na qual está inserida a História das Mulheres e a História do Gênero.

O foco desta pesquisa se constitui num embate teórico em torno da história das mulheres e da história do gênero. O tema “História das mulheres ou História do Gênero feminino? Um debate historiográfico” se justifica pelo fato de trazer informações referentes a estas duas categorias e pela própria problemática: Será que existe nos cursos de graduação de História da UESPI Campus de Parnaíba uma maior compreensão em torno de duas correntes históricas, teóricas, metodológicas e historiográficas tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes que são a história das mulheres e a história do gênero feminino? Foi a partir da observação de que há uma dificuldade por parte dos acadêmicos do curso de história em diferenciar as duas categorias que surgiu este trabalho. A pesquisa dispensa coleta de dados, pois se constitui num debate teórico realizado a partir das concepções dos historiadores e historiadoras de ambas as correntes teóricas.

É historiográfico porque se constitui num trabalho teórico, pois se o objetivo é possibilitar uma melhor compreensão em torno das duas correntes, isto somente poderia ser concretizado através da análise da escrita das grandes referências da história das mulheres e da história do gênero.

Para situar temporalmente este trabalho é necessário retornar à década de setenta do século XX, quando surgem produções significativas voltadas para a escrita feminina. No entanto, por ser um trabalho historiográfico, o recorte temporal não se faz único e exclusivamente por ano, mas também pela temática. Neste caso, a própria temática se

encarrega de delimitar o tempo. Sendo assim, pode-se situá-lo na década de setenta, como já falara anteriormente devido a significativa produção que se deu nesse período.

No que diz respeito ao espaço, esta pesquisa está situada na cidade de Parnaíba, pois é direcionada aos estudantes de História da UESPI com o objetivo de mostrar diferenças, semelhanças e aproximações que possam existir ou não entre estas duas correntes teóricas, posicionando cada uma delas dentro da historiografia, e ainda, contribuir para que estes acadêmicos tenham uma melhor compreensão do que seja a história das mulheres e a história do gênero.

As fontes utilizadas para a realização deste trabalho foram constituídas pelos textos das historiadoras e historiadores pertencentes à história das mulheres e à história do gênero, considerados as maiores referências nos estudos da temática feminina.

A metodologia utilizada foi a análise das produções referentes à história das mulheres e à história do gênero, buscando encontrar as relações de diferenças e proximidades existente entre as duas correntes teóricas. Para tanto, foi necessário a realização de leituras minuciosas com o objetivo de identificar os tipos de relações que une e separa as duas vertentes.

No primeiro capítulo será apresentado o contexto historiográfico em que se deu o surgimento da escrita feminina, realçando as rupturas presentes na historiografia, que permitiram a inclusão de novos sujeitos na produção do conhecimento histórico especialmente as mulheres, além de enfatizar as principais historiadoras da categoria.

No segundo capítulo a abordagem será voltada para o estudo do Gênero. Serão apresentados os usos do termo Gênero pelos historiadores e historiadoras feministas e suas formas de abordagem teórica.

O terceiro capítulo trará um debate entre as duas correntes teóricas. A intenção não é salientar nem uma nem outra categoria, mas apresentar ambas como sendo partes

integrantes do novo saber e fazer historiográfico. Decidir qual das correntes teóricas tem mais validade como conhecimento histórico não é a proposta deste trabalho. Aqui o que interessa é apresentar a trajetória de ambas enfatizando os percalços encontrados por cada uma no decorrer de sua escrita destacando as possíveis relações de semelhanças e diferenças entre as duas correntes, posicionando-as na historiografia. O debate entre as duas vertentes possibilitará aos que pretendem se voltar para a escrita feminina decidir em qual destas categorias se insere a sua escrita.

## 1 HISTÓRIA DAS MULHERES: HISTORIOGRAFIA E BIBLIOGRAFIA EM QUESTÃO

Silenciadas durante muito tempo, as mulheres se vêem diante de uma nova situação nos anos sessenta do século XX, quando passa a ser percebida pela historiografia. É o que Michelle Perrot chama de “O silêncio rompido”. A própria historiadora, considerada a maior referência no campo de estudo da História das mulheres atualmente, revela que a princípio não tinha interesse pelo tema. Sua intenção era, influenciada por Ernest Labrousse, fazer uma história voltada para a classe operária. Seu interesse pela proposta de escrever uma história tendo como sujeitos da narrativa as mulheres só surge na década de setenta, após ter visto de perto a inserção das mulheres na Sorbonne.

Mas porque as mulheres teriam sido vistas durante tanto tempo como se não tivessem história e o que teria ocorrido para que elas passassem a ocupar um espaço que sempre lhes foi negado? Michelle Perrot nos apresenta um dos motivos para esse silêncio e aquilo que teria rompido com ele. Segundo a historiadora, até a década de sessenta as narrativas priorizavam os personagens que faziam parte do espaço público, assim, como a mulher tinha seu espaço limitado ao lar, sua trajetória não interessava aos historiadores tradicionais.

Quanto aos motivos que levaram ao início de uma produção que tinha como foco narrativo a presença feminina, Michelle Perrot afirma que vários foram os fatores que contribuíram para a emergência de uma história das mulheres já nos anos 1960:

O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados - científicos, sociológicos, políticos - concorreram para a emergência do objeto “mulher”, nas ciências humanas em geral e na história em particular. [...] (PERROT, 2007, p.19)

'De acordo com a idéia apresentada por Michelle Perrot, nos anos 1970 ocorre uma crise de pensamento que coloca em discussão a ideologia marxista e estruturalista evidenciando a aliança entre história e antropologia. Nesse sentido a família ganha espaço no ambiente historiográfico e temas relacionados a ela serão abordados: crianças, jovens e mulheres. Com esta crise, muitas concepções teóricas passam a serem criticadas e a História deixa de ser global. O historiador passa a compreender que não é capaz de produzir uma história total e passa a despedaçá-la, delimitando o seu objeto de estudo. Neste sentido os sujeitos excluídos passam a serem alvos da pesquisa histórica, incluindo as mulheres.'

As primeiras feministas tiveram que enfrentar duras críticas ao seu comportamento militante. Rachel Soihet em seu artigo "O corpo feminino como lugar de violência", deixa clara a insatisfação masculina em relação às mulheres que aderiam aos movimentos feministas:

[...] E as feministas são objetos de grosseiras caricaturas em que se acentuava o traço deformando-se lhes o corpo, buscando representá-las como espécimes de extrema feiúra. Busca-se, assim, incutir que as mulheres que se dedicam à luta pelo reconhecimento de direitos e buscam disseminar suas idéias fazem-no apenas por frustração. [...] (SOIHET, 2002, p.18)

As feministas eram vítimas constantes de jornais, onde eram ridicularizadas através de charges. Geralmente elas eram representadas como figuras gordas, despreocupadas com a aparência e usavam trajes tipicamente masculinos como ternos e calças compridas. Esta era uma maneira de enfraquecer o movimento feminista, pois todas as mulheres que aderissem a ele seriam vistas como tais.

As primeiras produções sobre as mulheres surgem na década de sessenta nos Estados Unidos e passa por um processo de transformação que compreende três momentos, como afirma Teresinha Queiroz:



[...] Nos Estados Unidos, o desenvolvimento da história das mulheres teria passado por momento inicial, a década de 1960, em que a questão fundamental era de natureza política, expressando as novas relações que se estabeleciam entre homens e mulheres, tanto na profissão como principalmente na sociedade americana; num segundo momento, a discussão sobre o sexo vem para o plano secundário e emerge algo mais neutro, muito menos permeado de conotação ideológica imediata – o gênero; num terceiro momento e em virtude da descoberta do gênero, passa-se a considerar essa história como a história das relações entre homens e mulheres, ocorrendo a institucionalização de uma discussão generificada e consolidando-se a disciplina História das Mulheres[...] (QUEIROZ, 2006, p.41)

Como podemos perceber, o primeiro momento da escrita feminina buscava fortalecer o movimento de emancipação das mulheres. Neste sentido, a mulher é colocada como sendo vítima da opressão praticada pelo homem. A intenção destas feministas era mostrar o quadro de segregação ao qual elas foram submetidas durante anos e assim adquirir o apoio da sociedade. Guacira Lopes Louro enfatiza ainda o caráter político dos estudos feministas iniciais:

Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos estudos feministas: seu caráter político. Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos.[...] Assumia-se, com ousadia, que as questões eram *interessadas*, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança. (LOURO, 2004, p. 19)

Este primeiro momento da escrita feminina é marcado por conflitos entre os historiadores, pois não atendia aos padrões historiográficos da época: neutralidade, objetividade, dentre outros. Desta forma, os historiadores se recusam a legitimar esta escrita por ser uma produção endereçada e interessada, ou seja, destinada às mulheres e contendo em sua essência uma ideologia feminina. Teresinha Queiroz observa este fato:

A nascente história da mulher, nos Estados Unidos, colide de maneira frontal com a historiografia tradicional, desde que feita por mulheres que desempenhavam papéis relativamente fortes nos movimentos sociais e nas demandas políticas. Essa dimensão de luta política incide sobre a historiografia masculina, alçando também a relação com os

historiadores. (QUEIROZ, 2006, p. 43)

Como se vê, houve uma colisão entre a nova história, escrita por mulheres e sobre as mulheres e a história tradicional escrita por homens e sobre homens. Mas é preciso compreender que a História obedece à demanda de seu tempo, ou seja, os questionamentos surgidos no passado não são os mesmos do presente e se houve um rompimento com a ordem estabelecida, nada mais natural que novos sujeitos históricos entrem em cena e daí o choque entre o velho e o novo.

Na França, a história das mulheres chega na década de 1970 e tem como grande representante, como já falara anteriormente, a historiadora Michelle Perrot. Logo no início do seu livro “Minha história das mulheres”, Michelle traça um perfil da maneira como as mulheres eram representadas quando ainda não tinham adquirido espaço para falar de si próprias, esta era uma tarefa masculina e sendo assim elas não eram representadas da maneira como gostariam, mas como os homens as viam. Assim escreve Michelle Perrot:

Georges Duby não chega a ser mais otimista. No prefácio ao livro *Images de femmes*, sublinha o que constituía, para ele, uma obsessão enigmática: a força da iniciativa masculina que reduz as mulheres a espectadoras, mais ou menos submissas, de si mesmas. “As mulheres não representavam a si mesmas”, escreve ele. “Elas eram representadas. [...] Ainda hoje, é um olhar de homem que se lança sobre a mulher” e se esforça para reduzi-la ou seduzi-la. Ele espera, apesar de tudo, que, em alguns casos, as mulheres tenham algum prazer. (PERROT, 2007, p. 24)

George Duby, parceiro de Michelle Perrot nas produções femininas na França e sobre o qual falaremos mais adiante, observa o quanto as mulheres eram privadas de seus direitos, inclusive o de representar a si própria. Este fato também é observado por Olívia Candeia Lima Rocha, graduanda em Serviço Social e História na UESPI. Em seu artigo intitulado “O acesso das mulheres piauienses aos veículos de comunicação”, Olívia aborda as dificuldades encontradas por mulheres quando tentam ocupar um lugar na escrita. A resistência era tanta que muitas mulheres tiveram que adotar pseudônimos para terem seus textos publicados na imprensa, apesar dos percalços as mulheres insistiram em adquirir

espaço em publicações, a exemplo de Luísa Amélia de Queiros, considerada a primeira piauiense a adquirir espaço na escrita.

Olívia Candeia apresenta outra figura feminina de destaque: Amélia de Freitas Bevilaqua, a primeira piauiense a ocupar uma cadeira na Academia Piauiense de Letras (APL). O fato de Amélia Bevilaqua pertencer a uma família de prestígio na sociedade piauiense contribuiu para o reconhecimento de sua escrita, mas isto não desqualifica o seu trabalho e nem põe em dúvida a sua capacidade de escrever. Amélia foi mais longe. Quando surge uma vaga na Academia Brasileira de Letras logo manifesta sua candidatura, que é negada por seus membros justificando que o estatuto da academia somente permitia candidatos masculinos. Embora não conseguindo se tornar membro da academia, Amélia conseguiu colocar em discussão a necessidade de romper com os limites impostos à participação da mulher na escrita.

Sobre as fontes disponíveis a respeito das mulheres, Michelle Perrot (2007) destaca os arquivos policiais e judiciais. Mas, há também os arquivos privados onde é possível encontrar escritas femininas. Os textos são compostos por cartas, diários e registros de sua própria vida. A mulher no silêncio de seu quarto desabafa sua vivência e expressa tudo aquilo que não é permitido em público: suas angústias, seus amores secretos e seu desejo de emancipação. Quase não há autobiografias, pois esta escrita era voltada para os homens que havia se destacado em sua vida pública e como a mulher estava fora deste ambiente, ela própria não acreditava que tivesse uma vida com fatos significativos para serem narrados. Muitas mulheres autodestruíam suas escritas por considerarem insignificantes. Tudo isso dificultou em muito o trabalho de pesquisa das primeiras historiadoras, que necessitavam de fontes para escrever a história das mulheres.

Mesmo com tantos empecilhos, foi possível fazer surgir uma história das mulheres. A França se constitui no lugar por excelência dos acervos da escrita feminina. Mas

é preciso considerar que se a década de sessenta representou o momento de eclosão da escrita feminina, com a crise de pensamento, não podemos deixar de reconhecer a importância do movimento surgido na década de 20 do século passado, denominado Escola dos Annales, que ofereceu uma nova proposta para a historiografia rompendo pela primeira vez com a escrita política tradicional. Fundada em 1929, a Escola dos Annales se propunha a dar um novo rumo na escrita historiográfica, colocando em cena sujeitos antes negligenciados pela história, como é o caso das mulheres.;

Fernand Braudel e Marc Bloch criticavam a maneira arcaica de como os historiadores selecionavam os fatos a serem narrados sempre partindo do foco político com ênfase nos feitos dos heróis, ao mesmo tempo em que era marginalizada a vivência de outros grupos que atuavam na sociedade. Assim a terceira geração da Escola dos Annales possibilita, na história, a inserção de sujeitos antes considerados sem história. A respeito disto Teresinha Queiroz assim escreve: <sup>1</sup>

A terceira fase da Escola dos Annales-a chamada História Nova-ao propiciar abertura para novos temas-abriga e elege entre seus interesses prioritários ou relacionados à vida feminina, à sexualidade, aos poderes menores, à vida privada, ao cotidiano à domesticidade. Esta eleição de temas novos, não abordados na historiografia positivista, traz a mulher para o primeiro plano, pois, quando a vida privada passa a ser privilegiada em estudos, a mulher é também realçada como objeto historiográfico. (QUEIROZ, 2006, p.44) .

A Escola dos Annales trouxe consigo uma nova proposta de produção historiográfica, que visava por fim à escrita política e trazer novos parceiros para a História. Assim, na França, o próprio Georges Duby chega à história das mulheres por meio de um estudo antropológico. Ao estudar a família, ele se questiona quanto a posição da mulher nela. Podemos então afirmar que a antropologia tornou-se uma parceira fundamental da História no processo que deu surgimento à história das mulheres. ⁂

E como foi a receptividade dos estudos relacionados às mulheres pelos

historiadores franceses? Ocorreu de maneira diferente àquela dada pelos historiadores norte-americanos. Como falara anteriormente, houve uma resistência à escrita feminina nos Estados Unidos. No caso da França esta incipiente história das mulheres foi melhor aceita por parte dos historiadores, ocorrendo inclusive parcerias nas produções femininas, como é o caso de Georges Duby, que escreveu juntamente com Michelle Perrot “História das mulheres no Ocidente”, obra composta por cinco volumes e que foi traduzida para diversas línguas, inclusive o português. Sobre a chegada da História das Mulheres na França, Teresinha Queiroz escreve:

No caso da França, conforme sugere Michelle Perrot, a constituição e institucionalização da história das mulheres não se fizeram em confronto com a historiografia masculina. Pelo contrário, seu surgimento e conformação se deram como resultado da solidariedade estabelecida com importantes historiadores, homens, que já pesquisavam a presença da mulher na história-Georges Duby é um bom exemplo-e que reforçaram, legitimaram e ajudaram as historiadoras a também configura-la. (QUEIROZ, 2006, p.44)

No Brasil começa-se a produzir uma história que tinha como pano de fundo o cenário feminino somente nos anos 1970, concretizando-se como um reflexo das idéias abordadas na França e nos Estados Unidos, como fica claro nas palavras de Mary Del Priore:

‘O interesse que a história da mulher recebeu no estrangeiro teve um primeiro reflexo no Brasil ao final dos anos 70. Desde 1978, os pesquisadores da Fundação Carlos Chagas de São Paulo começaram a coletar material para a realização de uma bibliografia concernente a trabalhos, na área de ciências humanas, voltados para o tema “mulher”. (PRIORE, 1998, p.226) /

A Fundação Carlos Chagas teve grande relevância no processo inicial de implantação da História das Mulheres no Brasil. Seus concursos realizados bianualmente desembocavam em produções de artigos, que mais tarde foram reunidos em um volume,

propiciando uma nova maneira de se fazer história no Brasil. A fundação Ford atuou como parceria desta instituição doando bolsas de pesquisa aos ganhadores do concurso. Foi graças a estas pesquisas que muitas produções surgiram e foram publicadas.

Mas como iniciar uma História das Mulheres no Brasil? Onde pesquisar? Mary Del Priore, grande nome neste campo de pesquisa no Brasil, aponta o caminho percorrido na busca por fontes. Inicialmente os historiadores recorreram às fontes documentais e aos arquivos, foi aí que perceberam que esta história das mulheres desenvolvida no Brasil estava associada aos marginalizados. Quando da procura de fontes por historiadores que desejavam iniciar produções a respeito da mulher e que se propuseram a visitar arquivos na busca por materiais que trouxessem informações a respeito delas, o que se encontrou foi uma história vinculada ao preconceito e organizada em grupos específicos. No caso das mulheres, a sua imagem estava associada a grupos vistos como inferiores pela sociedade. “As mulheres são encontradas “nas margens” junto com outros grupos como os escravos, os índios, os judeus e cristão-novos, e os homossexuais.”(PRIORE, 1998).

Neste processo de reunir fontes suficientes para se produzir uma história das mulheres, o historiador vai contar com um elemento bastante significativo na coleta e armazenamento de informações, que é o computador:

[...] O poder do computador permitiu, então, identificar indivíduos descritos por fontes diferentes, estabelecer a lista e o encadeamento de textos, de idéias, de opiniões, de reconstruir o campo semântico de uma palavra ou de um corpus. [...] (PRIORE, 2006, p. 228)

Del Priore cita ainda algumas das fontes que ajudaram o historiador a escrever uma história feminina:

[...] Documentos como as listas nominativas de populações, os processos e denúncias da inquisição, os processos-crime eclesiásticos e civis, os relatórios de polícia, as fontes impressas literárias, a lista de nomes de freiras, estudantes, professoras, as crianças abandonadas, enfim, serviram para orientar a produção de sentidos oriundos das fontes, para explicações ou interpretações. (PRIORE, 2006, p. 228)

Além destas fontes, Del Priore fala de outras, que também tiveram importância significativa no processo inicial de organização da escrita feminina. A exemplo disto, temos as fontes literárias impressas, as fontes seriais e a história oral.<sup>1</sup> A primeira, composta principalmente de romances, biografias, jornais e revistas, permitiram “explorar vários aspectos da vida social e do imaginário através do qual as mulheres invadiam os sonhos masculinos”, (PRIORE, 1998). As fontes seriais trazem em seu bojo informações que reforçam o ideal de comportamento a ser seguido pelas mulheres burguesas, assíduas leitoras das revistas femininas. “A história oral por sua vez representou a possibilidade de se produzir pela primeira vez uma história das mulheres fundamentada na própria fala feminina. Agora são as mulheres que falam de si e não mais são representadas por homens, que produziam suas imagens a partir do olhar masculino preconceituoso.

A partir de então a história das mulheres vai se constituindo num novo campo de estudo aqui no Brasil. “Margareth Rago, grande nome no estudo de gênero no Brasil, inicia seus estudos imbuída pela temática da história das mulheres e mais tarde ao defender o doutorado tem contato com as idéias relacionadas ao estudo de gênero desenvolvido nos Estados Unidos e chegando ao Brasil junta-se a outras historiadoras, formando núcleos de estudos sobre esta nova abordagem que conflitava a relação homem e mulher. Como resultado destes estudos, surge o Cadernos Pagu, revista que contém no bojo de suas publicações produções voltadas para a temática do gênero.

Margareth Rago, afirma que as idéias inovadoras da dissolução dos sujeitos defendidas pelo filósofo Michael Foucault, permitiram o rompimento com o tradicional sujeito histórico, o homem, e possibilitou a análise de novos sujeitos, dentre outros, a

mulher:

//  
 [...] Foucault preparara o terreno radicalmente, ao questionar a naturalização do sujeito e as objetivações operadas pelas práticas discursivas dominantes. O filósofo francês apontava para a maneira profundamente ahistórica com que trabalhávamos sujeitos e objetos, denunciando a imensa ilusão de que éramos vítimas ao falarmos do sujeito universal, tomado por personagem não apenas “de carne e osso”, mas de quem tudo emanava. Logo, as feministas avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava representante de toda a humanidade. As mulheres, portanto, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar. (RAGO, 1998, p. 91) / /

Como se percebe, as historiadoras que pretendiam colocar em cena novos sujeitos históricos, mas eram barradas pela escrita cristalizada de historiadores que insistiam em colocar o homem como sendo o protagonista da história, vêem na proposta de Foucault uma abertura para a inserção de sua abordagem, que privilegiava a relação masculino feminino.

Outro nome de destaque na escrita feminina no Brasil é Rachel Soihet. Ao abordar as questões teórico-metodológicas utilizadas no estudo das mulheres, a autora apresenta a maneira como os historiadores sociais concebiam as mulheres:

[...] Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as “mulheres” como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em contextos e papéis diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava.[...](SOIHET,1997, p.277) '

A questão feminina era encarada como um elemento homogêneo. Os historiadores consideravam que todas as mulheres estavam inseridas no mesmo contexto e, portanto tinham uma só história. Mas é preciso lembrar que ao longo da história as mulheres se comportaram de maneira diferente. Enquanto algumas eram recatadas e conformadas com a situação a qual eram impostas, outras eram mais arreadias. Se na maioria dos casos a submissão feminina era aceita e até encarada como o modelo ideal de



comportamento das mulheres, em outros houve aquelas que se rebelaram contra a situação que lhes era imposta e por isso passaram a serem consideradas transgressoras, ou seja, infratoras do padrão de comportamento.

Rachel Soihet apresenta a variedade de análises que podem ser desenvolvidas a partir do tema mulheres.<sup>1</sup> Antes de fazer qualquer análise sobre as mulheres, é necessário levar em conta o contexto social, racial, étnico e religioso no qual elas estão inseridas.<sup>1</sup> Daí a especificidade de cada historiador em abordar um só segmento da história feminina. Soihet apresenta algumas destas abordagens a partir da perspectiva feminina: “Mulher e maternidade”, “Mulher e trabalho”, “As mulheres escravas”, “A mulher e prática do infanticídio”, dentre outras. Neste sentido, a mulher deixou de ser singular e passou a ser plural. “Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades” (SOIHET, 1997).

De acordo com o que se pode perceber, a história das mulheres adquiriu espaço constituindo-se em um novo campo de saber. De uma história tendenciosa e vitimista passou-se à outra, vista como uma disciplina séria e reconhecida pelas academias. Mas isto não ocorreu de imediato. Foi preciso tempo para que o reconhecimento chegasse. As primeiras historiadoras tiveram que enfrentar duras críticas à sua escrita desvinculada dos padrões tradicionais. Foi necessário uma transformação na forma como as abordagens eram feitas, expandindo o objeto feminino das narrativas históricas para a relação-homem e mulher, surgida com a “emergência do gênero”.

Atualmente, em todo o Brasil é possível encontrar historiadores e historiadoras voltados para as mais diversas temáticas femininas. Dada a diversidade de temas que permeiam o universo feminino, cada historiador se detém àquilo que lhe é mais pertinente. Neste caso, vamos encontrar historiadores como Joana Maria Pedro, que se dedica ao

estudo das mulheres do sul e acadêmicas feministas negras, que tem sua pesquisa voltada para o estudo do comportamento das escravas no Brasil. A especificidade de cada historiador é fruto de suas próprias inquietações.

Além das historiadoras citadas neste trabalho, existem muitas outras em todo o Brasil, o que prova o crescimento e aceitação da história das mulheres enquanto disciplina consolidada e não um modismo. Teresinha Queiroz, historiadora piauiense, citada neste trabalho deixa claro como saber se um campo de pesquisa está consolidado na academia:

[...] Assim, a constituição de um novo campo de saber pode ser rastreada a partir de diversos indicadores entre eles: presença visível e influente na academia; evidência clara em livros e artigos; acúmulos de tese e de monografias; surgimento de polêmicas e controvérsias internas; autoidentificação dos pesquisadores em conferências internacionais; avanço das discussões e diálogos interpretativos; emergência de autoridades; redes de informação em todo o mundo; reconhecimento de dinâmicas e energia próprias ao novo domínio. (QUEIROZ, 2006, p.41)

Tanto a história das mulheres quanto o estudo do gênero atende a todos os requisitos apontados por Teresinha, o que denota que estas duas categorias se constituíram em novos campos de saber adquirindo espaço e legitimidade acadêmica. Não são poucas as conferências realizadas em todas as instituições de ensino superior do Brasil que destinam espaço à temática feminina: mesas redondas, mini-cursos e palestras são algumas das modalidades de abordagem da história das mulheres.

No Piauí, há um número significativo de historiadores e historiadoras que trabalham com a história das mulheres e a história do gênero: Pedro Vilarinho, Elizângela Barbosa, Márcia Castelo Branco, Nalva Rodrigues, dentre outros.

Em Parnaíba, a história das mulheres ainda não está presente nos arquivos, ou seja, não há produções voltadas para a temática feminina, salvo algumas exceções. Mas, esta realidade parece estar chegando ao fim. Com a implantação do curso de História da Universidade Estadual do Piauí na cidade de Parnaíba em 2006, alguns acadêmicos e

acadêmicas demonstraram interesse pela história feminina local, destinando suas monografias ao estudo da mesma.

A inserção, na instituição, de professores que também tem suas pesquisas voltadas para o tema, tem possibilitado aos acadêmicos a realização de suas produções, tendo em vista a contribuição destes a partir do fornecimento de fontes e orientações necessárias à realização da pesquisa.

Ao que parece, a história das mulheres saiu dos bastidores, quando ainda era produzida timidamente, para ganhar território e reconhecimento perante tantas outras modalidades da pesquisa histórica. Este reconhecimento faz parte de um processo no qual a evolução da história das mulheres para o estudo do gênero desempenhou papel fundamental.

## 2 HISTÓRIA DO GÊNERO FEMININO: O QUE É ISSO?

O estudo do gênero se inicia na década de 1980 e constitui-se numa evolução dos primeiros estudos realizados pelas feministas. De acordo com o que foi exposto no primeiro capítulo e segundo a fala de Joan Scott, a história das mulheres produzida na década de 1960 tinha caráter militante, político. Na década de 1970, torna-se uma história especializada e finalmente na década seguinte, evolui para uma categoria de análise histórica: o gênero. De acordo com Maria Zilda S. de Matos, Coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher-(NEM), alguns elementos contribuíram para a emergência do gênero:

Nesse sentido, importantes contribuições foram dadas pela arqueologia dos discursos de Foucault, pela proposta de desconstrução de Derrida, pela historiografia das mentalidades e até mesmo pela psicanálise de Lacan. Esses pensadores tiveram ressonância entre estudiosos do tema mulher e no movimento feminista, propiciando a emergência das pesquisas em torno do gênero, que convergiram para uma nova tendência historiográfica: a “história cultural”. (MATOS, 1997, p. 96)

No que diz respeito ao uso deste termo torna-se cabível alguns esclarecimentos. Durante muito tempo a expressão foi usada para designar a diferença entre os sexos, ou seja, definir o que é masculino e o que é feminino por meio do órgão sexual. Recentemente o gênero passou a ser visto pelas historiadoras e pelos historiadores desta categoria como um elemento relacionado à organização das relações sociais entre os sexos. Neste sentido, gênero rejeita a idéia de determinismo biológico, e passa a ser compreendido como sendo o resultado das construções sociais. E mais, as feministas americanas começam a ampliar o seu uso dando-lhe um aspecto relacional. Isto é, pensar gênero seria pensar a relação entre o masculino e o feminino, pois um somente poderia ser compreendido considerando-se a existência do outro. Isto fica claro nas palavras de Joan Scott:

Na sua utilização mais recente, o termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente

social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”. [...] Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado [...]. (SCOTT, 1995, p. 72)

Tatiana Lima Siqueira, Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em seu artigo intitulado “Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero”, afirma que Gayle Rubin, antropóloga americana e militante do movimento feminista desde 1960, é uma das pioneiras do estudo do gênero, pois segundo ela, “Uma das primeiras formulações teóricas que dá suporte explicativo em direção ao caminho da compreensão do que mais tarde se torna o conceito de gênero, é de Gayle Rubin” (SIQUEIRA, 2008). Para ela, a construção da idéia do gênero surge no seio da própria família, pois por temerem o incesto, vão estabelecendo regras de combinações entre os sexos, ou seja, formam casais a partir da separação dos sexos ligados pela relação de parentesco.

Joan Scott tece algumas críticas à Rubin, pois segundo ela, é um erro reduzir gênero à relação de parentesco e defende uma maior amplitude na abordagem da temática, como afirma Tatiana Lima Siqueira, “Scott diz, em seu texto: Gênero: uma categoria útil de análise histórica (SCOTT, 1990), que Rubin pecou ao reduzir gênero ao sistema de parentesco” e ainda “Scott defende uma visão mais ampla de gênero, que incluía não só o parentesco, mas também o mercado de trabalho que é sexualmente segregado, a educação enquanto instituições socialmente masculinas e ainda o sistema político” (SIQUEIRA, 2008).

O uso do termo gênero na sua utilização mais recente se constitui na verdade numa tentativa de legitimar o estudo sobre as mulheres, por isso mesmo nos anos de 1980 o termo mulheres é substituído nos livros pelo termo gênero, pois segundo Joan Scott “Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”” (SCOTT, 2008).

Em seus mais diversos usos, gênero vai também negar explicações biológicas referentes à feminilidade e à masculinidade. Neste sentido busca-se desconstruir o mito da maternidade. Durante muito tempo as mulheres foram vistas como criaturas geradoras e reverenciadas pela sociedade como tendo por maior dádiva a natureza maternal. Com a amplitude do estudo sobre as mulheres novas temáticas relacionadas ao campo foram abordadas: família, trabalho, maternidade, etc. Os novos estudos deram conta de que o universo feminino é completamente heterogêneo e que não se pode incluir todas as mulheres numa mesma categoria. No que diz respeito à maternidade Rachel Sohiet enfatiza:

A outra face da maternidade, simbolizada nos males provocados ou na sua recusa, está igualmente presente em alguns trabalhos. Cabe lembrar, nesse sentido, a lucidez de Simone de Beauvoir, em fins da década de 1950, em perceber e denunciar os encargos da veneração generalizada da maternidade. Alerta para os perigos que espreitam os filhos, a partir das crenças da exemplaridade de toda mãe, que em sua maioria procura compensar através deste todas as suas frustrações. Jean Louis Flandrin, no começo dos anos 80, assinala a presença na Europa, até o século XVIII, da prática do infanticídio. Esta era uma das formas de as mães livrarem-se de um bastardo que denunciaria o seu pecado. (SOIHET, 1997, p. 2910).

Este é apenas um dos aspectos relevantes no tocante às diferenças existentes entre a classe feminina. Isto justifica o fato de muitos historiadores referirem-se à história das mulheres e não história da mulher. Muitos historiadores piauienses compreendem a diversidade presente na identidade feminina, o que fica claro nos títulos de suas obras. Pedro Vilarinho Castelo Branco, que iniciou suas pesquisas voltadas para o estudo do gênero feminino e atualmente discorre sobre gênero masculino, se apropria desta idéia ao publicar “Mulheres Plurais” (CASTELO BRANCO, 2005), Teresinha Queiroz faz o mesmo em “Do singular ao Plural” (QUEIROZ, 2006) e Elizangela Barbosa Cardoso em “Múltiplas e Singulares” (CARDOSO, 2003). O fato é que os historiadores perceberam que não é possível compreender as mulheres como seres homogêneos, pois suas identidades são plurais e ao longo da história isto se evidencia. Enquanto muitas mulheres se conformavam com o pouco espaço que lhes era dado, outras manifestaram sua insatisfação perante os limites impostos a

elas pela sociedade. Rachel Soihet, afirma que a entrada no convento era encarada como uma forma de protesto daquelas que não concordavam com a idéia de reprodução advinda da necessidade de povoar as grandes cidades. Seria um erro estudar as mulheres como pertencentes ao mesmo universo e detentoras dos mesmos ideais.

Outro aspecto relevante é a diferenciação feita pelos historiadores e historiadoras entre os significados dos termos gênero, sexo e sexualidade. O primeiro já falado anteriormente é algo construído nas relações sociais. Isto implica dizer que não é a posse do órgão genital que irá determinar o gênero, pois este é um processo cultural e não natural. A sexualidade pode ser entendida como a maneira pela qual o indivíduo se relaciona sexualmente, como explica Guacira Lopes: “Suas identidades sexuais se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as”. (LOURO, 1997). Aqui cabe mais um esclarecimento. Ao falar de identidade sexual, Guacira amplia o leque de discussão sobre gênero. Para a historiadora, o processo de construção da identidade sexual é resultado de uma dinâmica plural. Neste sentido é necessário o reconhecimento de elementos como classe, raça, etnia, dentre outros nos quais os sujeitos estão incluídos e que irão contribuir para a formação desta identidade.

As discussões em torno dos termos “sexo”, “sexualidade” e “gênero” não acabam por aqui. André Sidnei Musskopf, teólogo e estudioso de temas relacionados ao gênero, em seu artigo “Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram: reflexões sobre as pesquisas de gênero e sua relação com a teoria Queer a partir da teologia”, tenta explicar a diferença dos termos. Segundo ele, o sexo é um dado físico-biológico, manifestado pela presença do aparelho genital. No entanto, a presença deste, não necessariamente definirá a sexualidade, dado sexual, do indivíduo. Assim, sexualidade é entendida como a forma de se relacionar sexualmente, ou seja, a orientação sexual de cada indivíduo. Gênero, dado social,

é algo construído culturalmente, a partir do uso do sexo. As características do ser masculino e do ser feminino são substratos definidos pela sociedade.

Neste sentido, gênero vai possibilitar ainda a abordagem de categorias ligadas à sexualidade. Surgem os estudos dos gays e das lésbicas. Dentro destes estudos emerge a Teoria Queer. André Sidnei, explica a origem do termo: “queer” é um termo da língua inglesa, traduzido comumente como “estranho, esquisito, singular, excêntrico”. Queer passou a ser empregado para designar aqueles que não mantinham relações de sexualidade heterossexuais. A proposta desta teoria era romper com os padrões sociais, que reconhecia como sendo normal somente a prática da sexualidade entre sexos opostos e oferecer novas maneiras de gerenciar esta sexualidade. Surgida entre as décadas de 1980 e 1990, a Teoria Queer já conta com pesquisas realizadas nas academias brasileiras.

Além de Guacira Lopes, Joan Scott também associa classe e raça ao estudo da compreensão de gênero associando estes elementos às estruturas de poder. As historiadoras e os historiadores de gênero se utilizam do conceito de classe para fundamentar a idéia de sujeito oprimido também presente na luta das feministas. O que difere a categoria classe de gênero e raça pode ser entendido como uma ausência fundamentalmente teórica. Scott afirma que a luta de classe fundamenta-se na corrente marxista enquanto que as demais categorias não dispõem de posições teóricas que as fundamentem. Daí mesmo o motivo pelo qual a historiadora se utiliza do termo “gênero” como uma categoria de análise histórica, pois esta é uma grande preocupação dos/as historiadores/as de gênero, teorizar esta categoria.

Nesta perspectiva surgem duas formas de se pensar o gênero: a primeira de caráter descritivo e a segunda de natureza causal. No seu uso descritivo, gênero não possui consistência suficiente para questionar padrões tradicionais existentes na historiografia, é apenas uma referência aos novos temas abordados inseridos nas relações de sexo. Por este



motivo as historiadoras e os historiadores da categoria se esforçarão para elaborarem uma base teórica que coloque em nível de igualdade com os paradigmas já existentes este novo campo de saber.

No que diz respeito à natureza causal busca-se teorizar “sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que tem”, (SCOTT, 1995). Nesta forma de pensar gênero se insere a tentativa de teorizar esta categoria ocasionando a divisão das feministas em abordagens tradicionais e inovadoras. Pedro Vilarinho observa este fato:

O processo de reflexão teórica e de construção da história das mulheres não se dá sem conflito e divergências dentro do próprio movimento. Divididas entre trabalhar com paradigmas tradicionais e/ou procurar desenvolver reflexões novas que dessem conta da forma feminina de ver e referenciar o mundo, as estudiosas da condição feminina multiplicaram as formas de abordagem do problema, ganhando maior relevância às discussões em torno do Patriarcado, do Materialismo Histórico, da Psicanálise e mais recentemente da categoria de análise Gênero, fundamentada em reflexões pós-estruturalistas. (BRANCO, 2004, p. 264)

Segundo Pedro Vilarinho, dentro da abordagem pós-estruturalista destaca-se a historiadora Joan Scott seguindo as idéias de Foucault e Derrida, e se propunha a romper com a ordem estabelecida. Até 1960, predominava na historiografia o pensamento moderno. Diante dos desencantos com a proposta dos filósofos da modernidade, que se viu imersa após os conflitos armados do século XX, a historiografia passa por um processo de remodelação e novos sujeitos são incorporados à história. A história cultural<sup>1</sup> talvez tenha sido a grande responsável pela inserção destes novos sujeitos histórico. É dentro desta percepção historiográfica que se insere os estudos sobre gênero.

A partir do rompimento com a ordem estabelecida, o campo da escrita feminina adquire espaço e surgem historiadoras e historiadores femininos interessados em legitimar

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a história cultural ver: BURKE, Peter. O que é história cultural.

suas correntes teóricas.

Atualmente são muitos os historiadores e as historiadoras que se dedicam à história das mulheres e à história do gênero. No Piauí muitos nomes já se configuraram como estudiosos das duas vertentes

Em Parnaíba, os cursos de graduação e especialização têm possibilitado a realização de trabalhos na área. Concludentes do curso de história da UESPI tem seus trabalhos voltados para o estudo das normalistas. Em 2004 o Curso de Especialização em História do Brasil oferecido pela Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Reis Veloso, publicou os trabalhos dos concludentes no livro “Fragmentos Históricos, Experiências de pesquisa no Piauí”. Alguns dos artigos tinham como foco a temática feminina. Mas como conseguir definir se um trabalho que aborda a temática feminina se insere na história das mulheres ou nos estudos sobre gênero.<sup>2</sup>

É na tentativa de encontrar resposta para esta e outras perguntas referentes à escrita feminina que se constitui este trabalho. A partir das questões apresentadas nele, é possível perceber em qual corrente historiográfica se insere uma produção que envolva a temática feminina.

---

<sup>2</sup> Para saber mais sobre as concepções de Joan Scott a cerca das diferenças entre a história das mulheres e a história do gênero ver: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

## CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto nos capítulos anteriores, percebe-se que as duas correntes teóricas, história das mulheres e história do gênero, ora se conflitam, ora se complementam. Neste capítulo serão confrontadas algumas das idéias defendidas pelas historiadoras de ambas as categorias. A intenção não é causar um mero ataque entre uma e outra corrente, mas promover uma discussão fundamentada nas produções referentes às duas vertentes percebendo de que maneira uma corrente pode ter contribuído para o desenvolvimento da outra e analisar as possíveis relações de semelhanças e diferenças existentes entre as duas. Para tanto, serão tomados como base do debate os textos de historiadoras que por terem contribuído de forma valiosa para a consolidação da escrita feminina, são consideradas as maiores vozes das correntes em questão.

Torna-se necessário num primeiro momento diferenciar o que vem a ser cada uma das correntes analisadas neste trabalho. A principal diferença refere-se aos sujeitos que englobam o objeto de estudo das duas categorias. Enquanto a história das mulheres se limita a ter como objeto de análise o sujeito feminino, gênero considera a relação entre os sexos como sendo indissociáveis para a compreensão de qualquer um dos elementos, seja o feminino, seja o masculino. Joan Scott esclarece esta concepção a cerca do gênero:

[...] O termo “gênero” enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de a produção de estudos sobre as mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma visão relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. [...] (SCOTT, 1995, p. 72)

Neste sentido gênero vem para eliminar a dicotomia que a história das mulheres fazia entre os sexos. Outro elemento que difere gênero de história das mulheres é a rejeição ao determinismo biológico. A concepção de que homem é masculino porque possui o órgão

sexual biologicamente definido como pertencente a esta categoria e de que a mulher é feminina porque carrega consigo o órgão sexual considerado próprio das mulheres é negada pelos historiadores e historiadoras de gênero. Assim esclarece Joan Scott:

[...] Além disso, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções sociais” - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres. [...] (SCOTT, 1995, p. 75)

De acordo com a idéia apresentada por Joan Scott, os papéis masculinos e femininos são construídos culturalmente. Neste sentido, gênero vai se identificar com o uso da sexualidade.

Pode-se considerar, ainda, como diferença entre as duas correntes a atuação de vários papéis no estudo do gênero: homens, mulheres, gays, heterossexuais e todos que de certa forma enriquecem a análise de personagens culturalmente construídos pela sociedade, enquanto a história das mulheres prioriza o sujeito feminino.

Após o conhecimento das principais relações de diferenças existente entre a história das mulheres e a história do gênero, faz-se necessário analisar as relações de semelhanças existentes entre as duas correntes. Para tanto uma pergunta torna-se bastante pertinente neste momento. Teria a história das mulheres alguma relação de semelhança com a história do gênero? As duas tem em comum, apesar das divergências, o rompimento com a escrita tradicional a inserção na historiografia dos sujeitos marginalizados pela história predominante e sua configuração dentro da história cultural.

Tendo conhecimento dos elementos que unem e separam as correntes em estudo, o debate se voltará a partir de agora para as críticas feitas pelas principais historiadoras das duas vertentes à abordagem contrária à sua. Como já se sabe os primeiros estudos feministas caracterizavam-se pelo aspecto militante das mulheres, que buscavam mostrar o quanto eram

“vítimas” do sujeito universal, o homem. Esta incipiente escrita foi alvo de crítica de uma das mais renomadas historiadoras de gênero: Joan Scott.

Segundo a historiadora, a história das mulheres ao priorizar suas lutas e conquistas não questionava porque motivo foram ignoradas pelo passado na história. Afirmava ainda que esta história, por ser interessada e conter em sua produção ideologia própria, dificilmente seria legitimada como um novo campo de saber, pois não continha um respaldo teórico capaz de romper com padrões estabelecidos. Para ser aceita como conhecimento histórico, a história das mulheres deveria questionar, por exemplo, porque as mulheres ficaram durante tanto tempo invisíveis na produção do conhecimento histórico? E ainda, considerar a relação masculino/feminino inaugurando uma nova escrita feminina denominada gênero. Dentro desta nova categoria, Scott propõe o estudo das mulheres em diversos campos de abordagem: o político, o econômico, o social, o trabalho, dentre outros, pois são nestes espaços que se constituem as relações de poder. E assim ao relacionar gênero e poder inova mais uma vez a abordagem da escrita feminina.

Ao conhecer a idéia defendida por Joan Scott a respeito da extensão da abordagem feminina às diversas áreas, a historiadora Rachel Sohiet, grande referência nos estudos pertencentes à história das mulheres cujos textos auxiliaram na produção dos capítulos anteriores deste trabalho, critica sua proposta, justificando que ao estender o estudo das mulheres à política se reforça a escrita tradicional e se deixa de relatar aspectos do cotidiano feminino. Eis o que fala Rachel Sohiet a respeito disso:

A análise de Scott é de extrema relevância, pois incorpora contribuições das mais inovadoras no terreno teórico, bem como do próprio conhecimento histórico. Considero, porém, que, a partir do modelo de análise proposto, alguns elementos essenciais ao desvendamento da atuação concreta das mulheres tornam-se dificilmente perceptíveis. Importa, portanto, examinar contribuições de outros historiadores, que, com esse objetivo, não se limitam a abordar o domínio público. Recorrem a outras esferas, como o cotidiano, no afã de trazer à tona as contribuições femininas. (SOIHET, 1997, p. 68)

Percebe-se pela fala de Rachel Soihet a sua insistência em manter a proposta da escrita feminina marcada pela vitimização da mulher mantendo desta forma o privilégio da escrita ainda nos moldes dos anos sessenta, quando despontou a história das mulheres. Soihet vai mais longe na sua crítica ao afirmar que “voltando à proposta de Scott, esta não abre espaço para que emerjam as diversas sutilezas presentes nas relações entre os sexos, das quais não estão ausentes as alianças e consentimentos por parte das mulheres”( SOIHET, 1997).

Apesar da crítica que Scott faz a esta primeira modalidade de escrita feminina, a historiadora não desconsidera a importância que esta história, mesmo com interesse próprio e sem respaldo teórico, desempenhou no processo de rompimento com a escrita tradicional, mas isto não lhe impede de tecer maiores críticas a esta escrita e deixa clara sua discordância quanto à maneira como as feministas da história das mulheres concebem os sexos masculino e feminino reduzindo-os a uma oposição binária construída naturalmente : “Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual ”( SCOTT, 1995). Scott }  
aprofunda seu discurso afirmando que o masculino e o feminino são construções sociais e culturais e nega o discurso das primeiras feministas que se limitavam a mostrar a relação entre }  
opressor, o homem, e oprimido, a mulher.

As constatações de Scott foram alvos de polêmica entre as feministas. Segundo Joan Scott, a história das mulheres não atendia aos padrões instituídos pela historiografia da época, como por exemplo, seriedade e neutralidade, que eram requisitos necessários para a constituição em um novo campo de saber. Scott insistia também na necessidade de teorizar a história das mulheres, já que muitas historiadoras se atrelavam à abordagem descritiva desta categoria, e desta forma não oferecia consistência teórica para se estabelecer como conhecimento histórico legitimado e reconhecido pelos demais historiadores. Esta postura de Scott foi criticada pela historiadora Silva dias e expressada nas palavras de Rachel Soihet:

Joan Scott alinha-se entre os historiadores que se propõem a ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas. Nesse particular, Silva Dias (1992, p. 39) discorda da necessidade da construção imediata de uma teoria feminista, pois, a seu ver, tal construção significa substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, talvez invertidas, de poder, já que, segundo a citada historiadora, o saber teórico implicaria, também, um sistema de dominação. (SOIHET, 1997, p. 64)

Scott parece ter surgido no campo da escrita feminina para inaugurar não somente uma nova forma de abordagem desta escrita, mas também propor uma nova forma de compreensão das relações entre os sexos e talvez por isto mesmo seja alvo de contestações e ao mesmo tempo de referência para estudos posteriores. Sua proposta serviu de base para a realização de muitos estudos que se seguiram. Até hoje sua escrita se constitui na principal fonte de pesquisa para os historiadores da escrita feminina, seja para discordar ou para reforçá-la.

Scott não estaciona suas críticas e mais uma vez expressa, a seu ver, o equívoco cometido pelas historiadoras feministas ao tentarem encontrar uma identidade única para as mulheres. Scott chama a atenção para o fato de que a identidade dos sujeitos são construídas pelas instituições das quais o ser humano faz parte, portanto esta identidade varia de acordo com a raça, a classe, o lugar dentre outros ambientes. Sendo assim é impossível o sujeito ser homogêneo e ter identidade única, pois todos esses elementos são constitutivos da identidade de quem neles vive. Portanto, a identidade somente pode ser encontrada se levada em conta a sua pluralidade.

A intenção com este trabalho não é esgotar o objeto de estudo, mas propiciar novas formas de abordagem a respeito da História das Mulheres e da História do Gênero, pois como afirma Durval Muniz de Albuquerque apropriando-se da fala de Foucault em “Um leque que respira: a questão do objeto em história”<sup>3</sup>, “O trabalho do historiador não tem mais como resultado final a apresentação de um objeto desvelado em todos os seus segredos, mostrado em todos os seus contornos sedutores”(ALBUQUERQUE JUNIOR, 2000).

Foucault foi, por isso mesmo, considerado transgressor, sendo combatido fortemente pelos historiadores tradicionais. Mas seu pensamento tem se tornado cada vez mais contemporâneo e referência em estudos atuais. A própria Joan Scott se apropria das idéias do filósofo para consolidar o estudo de gênero. E mais uma vez uma produção feminina, no caso esta, toma o pensamento foucaultiano como elemento significativo, pois a pretensão deste trabalho é abrir “a possibilidade de um novo vir a ser” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2000).

Diante do que foi exposto propõe-se uma nova percepção acerca da História das Mulheres e da História do Gênero, de tal forma que as produções referentes a cada uma delas possam contemplar a tolerância entre os saberes historiográficos, pois esta é a principal função da história: formar sujeitos tolerantes não só teoricamente, mas principalmente socialmente.

---

<sup>3</sup> Para saber mais a respeito da concepção de Foucault a cerca do objeto em história ver: Um leque que respira: a questão do objeto em história In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 117-137.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Um leque que respira: a questão do objeto em história.** In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org.) **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 117-137.
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **História, Estudos de Gênero e contemporaneidade.** In: PINHEIRO, Áurea da Paz e NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (org). **Cidade, História e Memória.** Teresina: EDUFPI, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres: As vozes do silêncio:** In: FREITAS, Marcos (org) **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente.** Porto: Edições Afrontamento, 1993. 5 v.
- LOURO, Guacira Lopes. **A emergência do “gênero”.** In: **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MUSSKOPF, André Sidnei. **Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram:** reflexões sobre as pesquisas de gênero e sua relação com a Teoria Queer a partir da teologia. *História Unisinos.* Setembro/Dezembro 2005.
- PERROT, Michelle. **Escrever a história das mulheres.** In: **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Mil mulheres -em nós.** In: **do Singular ao Plural.** Recife: Edições Bagaço, 2006a.
- QUEIROZ, Terezinha de Jesus Mesquita. **Mulheres Plurais.** In: **do Singular ao Plural.** Recife: Edições Bagaço, 2006b.
- RAGO, Margareth. **Descobrendo Historicamente o Gênero.** Cadernos Pagu. 1998.
- ROCHA, Olívia Candeia Lima. **O acesso das mulheres piauienses aos veículos de comunicação.** (1875 – 1940). In: PINHEIRO, Áurea da Paz e NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (org). **Cidade, História e Memória.** Teresina: EDUFPI, 2004.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade,* São Paulo, v. 20. jul/ dez. 1995.

• SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero**. Revista *Ártemis*. Vol.8, jun 2008 pp.110-117.

SOIHET, Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência**. Projeto História nº 25 “Corpo e Cultura” Nº 25. São Paulo: Educ Editora da PUC-SP, dez 2002.

• SOIHET, Rachel. **História das Mulheres**. In: FLAMARION, Ciro Cardoso e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Editora CAMPUS. Rio de Janeiro. 1997.